

## Reflexões sobre as dinâmicas urbanas

Jadson de Jesus Santos  

<sup>1</sup>Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. (\*Autor correspondente: jadsongeo@gmail.com)

*Histórico do Artigo:* Submetido em: 02/08/2022 – Revisado em: 11/18/2022 – Aceito em: 05/12/2022

### RESUMO

Este estudo faz uma abordagem partindo da afirmativa de que as cidades adquirem funções específicas a partir do contexto em que estão inseridas. Para tanto, os espaços urbanos sofrem influência dos investimentos, sejam da iniciativa privada ou da iniciativa pública. Ressaltou-se neste estudo que o ambiente urbano também possui ruralidades, pois características rurais por vezes são percebidas no ambiente urbano, bem como as urbanidades são identificadas no ambiente rural. Frente aos desafios nas cidades, a sociedade deve levar em conta que o respeito à natureza precisa estar aliado às interações cotidianas que estabelecemos no espaço geográfico.

**Palavras-chave:** Ambiente urbano. Natureza. Expansão urbana.

### Reflections on urban dynamics

### ABSTRACT

This study makes an approach starting from the statement that cities acquire specific functions in the context they are inserted from the context. Therefore, urban spaces are influenced by investments, whether from private or public initiative. It was emphasized in this study that the urban environment also has ruralities, as rural characteristics are sometimes perceived in the urban environment, as well as urbanities are identified in the rural environment. Faced with challenges in cities, society must take into account that respect for nature must be combined with the daily interactions that we establish in the geographical space.

**Keywords:** Urban environment. Nature. Urban expansion.

## 1. Reflexões sobre a relação homem-cidade

Os seres humanos têm uma relação direta com a natureza, porque ela oferece tudo o que se precisa para sobreviver e com a utilização de técnicas extrai da natureza recursos para promover o seu beneficiamento usando diversos elementos encontrados na natureza de modo a satisfazer suas necessidades e vontades com base nos anseios e propósitos do grupo. Essa relação íntima com o natural (natureza), aproxima o homem de suas origens e auxilia na compreensão do ambiente em que se vive.

O homem se transforma a cada momento, a partir das relações estabelecidas com ele mesmo e com o seu entorno, possuindo característica marcante de adaptação aos novos ambientes, os quais são encarados como momentos de interações ao enfrentar os desafios que surgem inevitavelmente ao longo do percurso da vida. Harvey (2009) demonstra essa compreensão ao afirmar que:

A relação dialética e metabólica que temos com a natureza e, por meio dela, com uma natureza distintivamente humana (com suas qualidades e seus significados especiais) tem, por conseguinte de estar na base daquilo que nós, na qualidade de arquitetos de nosso futuro e de nosso destino, podemos e queremos realizar (HARVEY, 2009, p. 271).

Santos, J.J. Reflexões sobre as dinâmicas urbanas. *Meio Ambiente (Brasil)*, v.4, n.3, p.02-10.



As decisões tomadas no passado, e que ainda são tomadas no presente, são fundamentais para entender e definir qual caminho seguir estando consciente de que pode agir de forma a atingir objetivos para modificar seu espaço/ambiente, desde que esteja comprometido em transformar suas atitudes frente aos obstáculos.

A sociedade em sua organização adquire habilidades para explorar elementos que façam sentido no seu cotidiano e que sejam intrinsecamente necessários à sua subsistência. Os métodos e técnicas utilizados são particulares e estão relacionados à cultura dos povos sendo atribuídos significados aos objetos extraídos da natureza, uma forma de obter recursos em prol de sua sobrevivência e a partir das suas capacidades individuais, bem como aquelas adquiridas com base nos ensinamentos perpassados de geração em geração como herança cultural.

O homem tem uma capacidade adaptativa e para isso ele detém um conhecimento acerca da natureza. Harvey (2009, p. 272), descreve que “[...] *somos uma espécie como todas as que há na terra, dotada, como elas, de capacidades e potencialidades específicas que são empregadas com vistas a modificar ambientes de maneiras que levem às nossas próprias sobrevivência e reprodução*”. Essa adaptação faz com que ele crie ambientes favoráveis à sua manutenção social e perpetuação da espécie, integrando-se ao meio ambiente e retirando tudo o que ele precisa da natureza. A natureza também tem a sua conotação ligada a uma religiosidade, por meio dos feitos que o ser humano utiliza para validar uma crença e um apego a algo.

A espiritualidade sempre foi importante para as pessoas, dentro de cada crença, pois ela fortalece as convicções existentes do indivíduo. Contudo, a natureza para muitos povos, esteve relacionada a uma força superior, que o homem ainda não consegue explicar. No entanto, ela serve de sustentação para reforçar as crenças e passá-las de geração em geração. Para Henrique (2004, p.42), a natureza estava intimamente ligada a Deus, no que diz respeito às provas que a humanidade sempre buscou para validar a existência Dele, para o autor “[...] a natureza configura-se como uma natureza fisicoteológica, vista como uma prova física importantíssima para demonstrar a existência de um criador”. O físico ou palpável parece que serve até hoje para tornar algo mais “real”, ou seja, validar a existência de alguma coisa.

Pacheco (2013) lembra que pesquisadores já se debruçaram nos estudos acerca da religiosidade e da natureza, sobre a crença e a cura, bem como sobre a oralidade e a escritura, buscando entender os aspectos relacionados à expressão humana, através da sabedoria popular ou mesmo da espiritualidade, de modo a destacar a utilização da técnica para resolver problemas ligados às suas necessidades. Assim, a técnica para Galimberti (2006) pode ser entendida como sendo uma marca ao:

grande adeus ao divino, não porque – como superficialmente se crê – com a técnica os homens podem obter as coisas que antes eram obrigados implorar aos deuses, mas porque a técnica desvela o cenário das diferenças, o que a divindade desconhece e ignora (GALIMBERTI, 2006, p. 41).

Numa tentativa de controlar a natureza, o ser humano utilizou técnicas que favoreceu esse controle e que para tanto, a domesticação de animais foi um fator primordial para dar o pontapé inicial que precisavam. Henrique (2004) descreve este momento da seguinte maneira:

Novas técnicas são criadas e outras são aperfeiçoadas neste levante contra a 'natureza primitiva'. Uma das principais formas de aceleração do trabalho na terra foi à implementação e melhoramento do trabalho animal, principalmente os cavalos (sendo que novas raças foram trazidas do Oriente durante as cruzadas). Esta inserção do trabalho animal aumentou a capacidade do homem para transformar a paisagem, desde a modificação de áreas florestais em áreas para cultivo até na própria agricultura e no transporte, tanto de mercadorias quanto pessoas. Os moinhos de água também foram outra técnica que possibilitou o aumento do controle do homem sobre a natureza, mesmo que inventados anteriormente nas áreas mediterrâneas, será no norte europeu que ele irá se multiplicar e se aperfeiçoar (HENRIQUE, 2004, p. 48).

Antes mesmo da domesticação dos animais, o homem precisou aperfeiçoar e/ou criar ferramentas que o favoreceu obter alimentos para a sua sobrevivência. Anteriormente a esta fase todo este processo era feito através da coleta manual. Segundo Magalhães Filho:

Foram as exigências da caça e da pesca que fizeram com que pedras cortantes e pontiagudas fossem transformadas em facas; estas, amarradas na ponta de um pau comprido, em lanças e arpões, enquanto pedras pontudas, amarradas num pau curto, viravam machados (MAGALHÃES FILHO, 1977, p. 12).

Com o domínio das técnicas o homem passou a transformar drasticamente a natureza e modificar a paisagem tão como *in natura*. O aperfeiçoamento das técnicas propiciou a ampliação do seu trabalho garantindo um aumento progressivo dos resultados buscados por eles, seja no progresso a partir da multiplicação das fontes de alimentos ou pela maior facilidade em lidar com as adversidades impostas pela natureza, objetivando trazer prosperidade para o seu povo e assim garantir a sua sobrevivência, conforme afirma Henrique (2004):

o homem que multiplica animais e plantas, bem como muda sua distribuição, ao seu desejo, que busca uma melhora e controle dos climas para melhorar a sua própria existência, age sobre a natureza natural ou sobre a primeira natureza [...] acaba por começar a criar ou produzir uma segunda natureza (HENRIQUE, 2004, p. 64).

Essa segunda natureza produzida pelo homem, é a natureza transformada por ele a partir das alterações feitas na paisagem pelo seu trabalho, ao utilizar técnica. Pois, mediante o trabalho este gera cultura, ficando arraigada nos costumes de um povo, a partir das ações executadas no ambiente em que ele vive, o homem (re)significa suas atitudes e habilidades desenvolvidas para melhor atender as suas necessidades. Harvey (1980) fazendo uma alusão dessa relação entre demanda e procura expõe que:

Devemos, antes de tudo, ter em conta os efeitos de exteriorização inerentes à exploração de qualquer recurso. Em segundo lugar, temos que encarar o fato de que os recursos são também avaliações tecnológicas e culturais; em outras palavras, sua quantidade depende das preferências individuais existentes na população e das habilidades cognitivas que as pessoas possuem ao auxiliá-las a explorar o sistema de recursos (HARVEY, 1980, p. 56).

A procura por recursos determina a sua demanda e disponibilidade, a partir de uma necessidade coletiva essa pode ser maior à medida que o homem desenvolve tecnologia para dispor e abastecer uma sociedade com os mecanismos inerentes a sua atividade produtiva. Em geral, essa tecnologia está a serviço de todos, seja como fonte para obtenção de recursos ou como ferramenta para aquisição de lucros do processo produtivo.

Nesse sentido, os detentores de equipamentos tecnológicos influenciam, direta ou indiretamente, na infraestrutura urbana pelo poder econômico que possui, porque detém o poder de transformação da paisagem e consequentemente do ordenamento do território. Para Fischer (2008):

O ordenamento do território não se reduz a uma simples justaposição de técnicas, aquelas do engenheiro, do arquiteto, do administrador... até mesmo do geógrafo. O ordenamento supõe a existência de um 'projeto social' que comporta os objetivos coletivos, o que implica na busca de um equilíbrio entre os imperativos econômicos e as necessidades sociais (FISCHER, 2008, p. 79).

Nem sempre os anseios sociais são ouvidos pelos poderes constituídos da economia local em virtude de alguns determinantes de localização das pessoas frente às fontes dos recursos naturais e sua proximidade com os bens de consumo de seus interesses sociais, pois, os equipamentos urbanos próximos de quem irá usufruir influência sobre sua relação de vizinhança.

Harvey (1980, p. 56), explica que “[...] os recursos naturais e os criados pelo homem estão, usualmente, circunscritos em sua distribuição. As decisões locacionais, por outro lado, aumentam a disponibilidade espacial dos recursos criados pelo homem”. De modo que essa aproximação atinge diretamente o valor atribuído pelo empreendimento.

Teoricamente, a aproximação ou o distanciamento influencia na precificação das coisas, visto que quanto mais próximo do seu consumidor menores são os custos da distribuição. No entanto, nem sempre isso pode se tornar uma regra, pois, diversos fatores influenciam no preço final dos produtos, a saber: custos locacionais ou de propriedade, impostos, mão de obra entre outros. Não havendo uma fórmula exata que serve de parâmetro para determinar essas relações entre recursos e demandas do quanto se extraiu da natureza em determinadas épocas.

Os fatores locacionais influenciam na precificação dos imóveis, visto que a estrutura de serviços influencia de modo direto no preço e consequente na valorização imobiliária. Numa sociedade cada vez mais urbana, como observamos na contemporaneidade, podemos ver que as infraestruturas colocadas à disposição

da população têm direcionamentos seletivos frente a uma sociedade por vezes carente do básico para manutenção da vida.

## 2. Expansão Urbana nas Cidades

As questões relacionadas à expansão urbana das cidades estão cada vez mais em foco visto que o mundo está gradativamente mais urbano do que rural. Maricato (2001, p. 16) descreve que, “[...] trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc”.

Assim, a complexidade que envolve as relações humanas em suas particularidades e generalidades no espaço urbano compreende um misto de ações e interações porque convivem no mesmo espaço, pois, o urbano, não está isolado, ele convive direta e indiretamente com outros espaços. É na complexidade do espaço geográfico que estão as relações sociais, as quais contribuem substancialmente para a transformação de uma sociedade como um todo, ou seja, a interação social é o motor que move uma sociedade. Abordando esse tema, Harvey (1980) endossa que:

O urbanismo deve ser considerado como uma série de relações sociais que refletem as relações estabelecidas por toda a sociedade como um todo. Posteriormente, essas relações estabelecidas devem expressar as leis pelas quais o fenômeno urbano é estruturado, regulado e construído (HARVEY, 1980, p. 262).

Neste espaço urbano complexo, existem as diferenças sociais e as distintas formas de acessar os recursos e equipamentos disponíveis no referido espaço, sobretudo numa sociedade desigual, Harvey (1980, p. 59) ao fazer uma correlação com a política afirma que “[...] das realidades do poder político serem o que são, decorrerá que os grupos ricos por estes ou aqueles meios ficarão provavelmente mais ricos e os grupos pobres ficarão de um modo ou de outro mais despossuídos”. Isto se deve ao fator desigualdade social e ao seu agravamento.

Neste aspecto, a configuração das cidades brasileiras sofreu transformações ao longo dos anos que refletiram diretamente no modo de vida das pessoas, as quais são acompanhadas pelo fenômeno da urbanização, trazendo/oportunizando para a sociedade noções diversas na qualidade de vida e na acessibilidade aos equipamentos urbanos. O próprio modelo socioeconômico em que estamos inseridos diferencia nitidamente as estruturas físicas levando em conta as distintas classes sociais.

A vida na cidade, ao passo que o crescimento delas acontece, acompanha a noção de complexidade do espaço urbano, visto que as relações entre sociedade e espaço se ampliam o fluxo das interações seguem exponencialmente. No entanto, uma problemática percebida comumente nos espaços urbanos está relacionada à desigualdade social presente nos centros urbanos. É importante frisar que o período pós revolução industrial marcou um processo de metropolização de diversas cidades pelo mundo. Este processo causou um “inchaço urbano”, tendo como consequência a ideia de crise urbana ocasionada pela pouca disponibilidade dos espaços citadinos e/ou a supervalorização dos mesmos.

Santos (1993, p. 10) tratando do crescimento da cidade, destaca que “[...] algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência”, o que se mostra praticamente nas periferias urbanas brasileiras. A crise da cidade é reforçada pelo fato de que a mesma interfere na funcionalidade dos equipamentos urbanos. O espaço urbano vive um processo de mercantilização do solo, estabelecendo uma relação de poder com os que podem adquiri-la mediante o poder de compra/propriedade e aqueles que não podem tê-la. Por outro lado, a cidade é vista com todos seus pontos positivos ao trazer aspectos que beneficiam a população, como por exemplo, um lugar de oportunidades de emprego, como ressalta Silva que “[...] a cidade é vista como lugar de múltiplas solidariedades, de oportunidades, de encontro, da liberdade, expressos no sentido de conquista completa da cidadania que só ela permite e realiza (1998, p. 96).

Vale destacar que no período medieval, havia naquele momento um início de discussão sobre a definição do que se tratava em relação ao campo e a cidade. Endlich (2010) destaca esse período em que as cidades eram definidas por seus limites físicos, conforme ilustrado na Figura 1, afirmando que “[...] os limites físicos entre a cidade e o campo encontravam-se expressos de forma mais evidente nas cidades muradas, peculiares do período medieval. Definir os limites, a partir de então, converteu-se em tarefa extremamente complexa” (2010,

p. 11). Essa complexidade permanece até os dias atuais, devido as constantes atualizações necessárias para readequação dos critérios de definição do que é rural e o que é urbano.

**Figura 1.** Muralha Fernandina, Porto, Portugal.



Fonte: Phellipe Cunha da Silva, 2018.

Acerca dessa discussão entre o que é o urbano e o que é o rural, Campos e Krahl afirmam que:

a questão reside, em grande medida, na classificação espacial brasileira que, na contramão dessa realidade de transformações, requer urgentemente, uma abordagem muito além dos limites políticos-administrativos que definem o espaço rural a partir das suas carências e dos aspectos que podem caracterizá-lo como diferente do urbano (CAMPOS; KRAHL, 2006, p. 83-84).

No Brasil, a partir das décadas de 1940 e 1950, a industrialização influenciou diretamente a urbanização, com ela o crescimento e desenvolvimento das cidades. Mas, foi a partir da década de 50 que foi mais perceptível a tendência de aglomeração da população em espaços urbanos. Santos, afirma que “[...] a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados” (1993, p. 27).

Desde então, destacaram-se as cidades que apresentaram um porte maior frente às outras, pois se tornam mais atrativas no que se referem às oportunidades de trabalho, ampliar níveis de escolaridade, atendimentos hospitalares e outros. Santos e Pinto (2010) ressalta que:

A urbanização demonstra singularidades, principalmente em função dos estágios diferenciados do desenvolvimento econômico. Dessa forma, nos países que alcançaram um aprimoramento econômico e tecnológico mais cedo na modernidade, verificou-se um melhor ordenamento dos espaços urbanos, enquanto em países nos quais a organização social, política e econômica foi tardia o processo de desenvolvimento das cidades apresentou e apresenta problemas sócioambientais complexos e de difícil resolução (SANTOS; PINTO, 2010, p. 95).

Obviamente, que a atratividade causada pelas cidades reflete em um crescimento demográfico, com especial atenção na história brasileira houve um crescimento exponencial da população após a segunda guerra mundial. Santos (1993), afirma que:

O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e da própria urbanização (SANTOS, 1993, p. 31).

Em relação ao crescimento vegetativo da população, esse se deu graças à própria urbanização aliada aos avanços científicos da época, bem como a redução da taxa de mortalidade no período pós-guerra. Santos (1993) ressalta os investimentos em infraestruturas ocorridos no país logo após a segunda guerra mundial, no sentido de promover a integração do território brasileiro por meio das estradas de rodagem e da conexão das estradas de ferro que até então estavam desconectadas. Os esforços empreendidos tiveram por objetivo fomentar o desenvolvimento do país favorecendo o deslocamento populacional e o escoamento da produção agrícola e industrial.

Essa integração nacional corroborou para que a urbanização se acentuasse cada vez mais, aumentando o percentual de áreas urbanas em detrimento das áreas rurais. Santos (1993) destaca que em 1940 a taxa de urbanização brasileira estava em torno de 26,35%, já em 1980 alcançou um patamar de 68,86%. Nesse intervalo de tempo, a população brasileira triplicou em números absolutos, já a população urbana aumentou sete vezes e meia, representando um aumento significativo da população urbana brasileira, proveniente do fluxo populacional denominado “êxodo rural”.

Em 1991, após coleta de dados referentes ao recenseamento constatou-se que a taxa de urbanização brasileira estava em torno de 75%. Em 2016, último dado divulgado pelo IBGE, a taxa de urbanização estava em 84,4%, com estimativa para alcançar o patamar de 90% em 2030. Atualmente, o IBGE está revendo os critérios de definição de domicílios urbanos e rurais para melhor adequá-los ao recenseamento que ocorrerá em 2020.

Um dos fatores preponderantes na elevação da urbanização está no fato de que muitos agricultores se tornaram residentes de cidades. Esses executavam as suas funções laborais ao longo do dia no campo, na atividade agrícola, e retornavam ao final do dia para o seu local de residência situado na cidade, realizando este movimento pendular cotidianamente.

Santos (1993, p. 55) descreve sobre os hábitos rurais presentes nas cidades, denominando este fenômeno de “ruralização da cidade”, explicando que “[...] *ruralização da cidade*, isto é, a invasão de praxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo”, ou seja, as práticas rurais acompanharam seus antigos residentes, trazendo hábitos do campo para a área urbana. Queiroz descreve essa mistura que ocorria entre os elementos do campo e da cidade afirmando que “[...] os elementos rurais constituíam ‘sobrevivências’ no meio citadino e os elementos citadinos constituíam ‘inovações’ no meio rural” (1979, p. 5).

Sobre essa relação de campo na cidade, Choay traz à luz uma observação interessante que por muitas vezes é presenciado ou continua a presenciar nos recantos de uma cidade, quando o autor ressalta que “[...] é evidente que todas as grandes cidades conservaram recantos em cujas ruelas vivem, como no campo, fragmentos de humanidade que permaneceram quase rurais e que mantêm, além da rua, relações quase aldeãs” (1998, p. 341 – 342). Neste sentido, a uma paisagem campesina aparece de imediato como citadino, ou seja, algum lugar pelo qual já passamos em meio ao caos urbano e nos remete a tranquilidade do campo. Choay baseado nas teorias de Frank Lloyd Wright descreve uma cidade, denominada “cidade viva” como “[...] otimista, não política, não urbana, camponesa: nossa imagem da cidade é efetivamente tudo isso. Esta é a ideia realizável de uma cidade orgânica, social e democrática, resultante de uma sociedade criadora – em resumo, da cidade viva” (1998, p. 243-244).

Cria-se assim, uma perspectiva de sociedade harmônica, numa visão otimista de cidade, frente às adversidades presentes no âmbito social de cidade que vivemos, pois, a cidade real está distante dessa visão traçada por Choay, levando em conta uma democracia em pleno funcionamento. Entende-se por democracia uma ideologia política de origem grega no século V a. C., que tem como principal característica a participação de todos diretamente ou por meio de representantes nas decisões políticas de um lugar. A princípio a definição

não seguiu à risca na prática, já que mulheres e escravos não podiam exercer a democracia à época. Para Aristóteles (1987), o maior sentido da democracia é a liberdade a qual iguala a todos a possibilidade de governar e ser governado no princípio da justiça ao qual a decisão da maioria deve ser colocada como fator de modificações do seu meio. Ele defendia ainda que a democracia, antes de tudo, dependia da oratória para conseguir chegar ao posto de liderança, numa espécie de manipulação de massa. Ao longo da história a democracia tomou a forma como hoje é conhecida, onde a maior parcela da população possui o direito de decisão de definição de representantes públicos. Houveram épocas em que a democracia foi sucumbida por regimes ditatoriais, principalmente em países africanos – alguns destes ainda sob regime ditatorial – e em países latino americanos, como o Brasil.

Neste processo social, em que se convive na cidade enquanto forma de organização num espaço de vivência ampla, a preocupação socioeconômica está no “acolhimento” da população proveniente do campo no sentido dos mesmos terem condições de vida suficientes para se estabelecerem no ambiente urbano, como: acesso aos serviços básicos de saúde, educação, segurança pública, moradia, saneamento básico e outros direitos previstos na Constituição Federal.

Pois, o crescimento da cidade traz desafios tanto para a população quanto aos setores públicos e privados que prestam serviços essenciais. Santos afirma que “[...] a urbanização crescente é uma fatalidade neste País, ainda que essa urbanização se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago” (1993, p. 121) e que alteram a infraestrutura da cidade. Diante da problemática, abre-se uma discussão acerca da divisão do trabalho nesses espaços cada vez mais competitivos frente às oportunidades, muitas vezes escassas frente à demanda. Santos (1993), esclarece que:

quanto maiores e mais populosas, as cidades são mais capazes de abrigar uma gama mais extensa de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico (SANTOS, 1993, p. 121).

Ao tratar da divisão do trabalho, essa se configura na especialização de tarefas com funções específicas, como uma alternativa para fomentar a agilidade no ambiente produtivo em linhas de produção e otimizar o tempo nas indústrias, com o objetivo do lucro, típico do capitalismo. Para Marx (1989) a divisão do trabalho pode ser “classificada” de modo mais amplo em duas: a divisão do trabalho geral e a divisão do trabalho individualizada, conforme demonstra no seguinte excerto:

podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos, agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada (MARX, 1989, p. 402).

Essa especialização do trabalho se deu com o advento da industrialização ao estabelecer novas formas de trabalho com vista a aumentar a produção. Do lado positivo, a divisão do trabalho favoreceu o trabalho sendo executado de modo coletivo, apesar de cada um na sua especificidade executar a sua função. Durkheim (2004) destaca que:

se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um ‘trocaador’, como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os aliam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas (DURKHEIM, 2004, p. 429).

A divisão do trabalho tem um papel de contribuir para que as pessoas vivam em sociedade, em que cada pessoa terá uma função específica, com utilidade tanto para ele próprio quanto para a sociedade como um todo. No entanto, é importante destacar que existe também um processo de alienação por parte desses trabalhadores, pois os mesmos a partir da especialização do trabalho acabam por se tornar limitados por executar apenas uma função específica na cadeia produtiva.

Essa gama de atividades presentes nos centros urbanos atrai pessoas de diversas partes, sejam de outros centros urbanos ou até mesmo da área rural, em busca de oportunidades que podem estar relacionadas ao trabalho e ainda para sua qualificação profissional, entre outros. Santos (1993) entende que as cidades são cada

vez mais diferentes uma das outras, pois a própria urbanização traz consigo uma tendência à diferenciação, bem como à complexificação das mesmas. Em outras palavras, Santos afirma que “[...] cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças” (1993, p. 53), pois, cada cidade apresenta características peculiares que se diferenciam umas das outras.

As cidades apresentam algumas particularidades ao prestar serviços a nível local e/ou regional atraindo trabalhadores com certo grau de qualificação e alterando o contingente populacional. Santos descreve que a cidade acolhe “[...] maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensável a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza” (1993, p. 55). Portanto, existe uma especialização do trabalho e uma demanda específica nas cidades que necessitam de trabalhadores qualificados para suprir essa carência de mão de obra.

### 3. Considerações Finais

A complexidade do ambiente urbano requer diversos olhares para podermos compreendê-lo e/ou interpretá-lo. A dinâmica urbana é frenética e contribui para que as cidades sofram metamorfoses diariamente. Este fato corrobora para que os estudos urbanos continuem investigando cientificamente as relações humanas frente aos desafios nas cidades. Tal importância resvala nas dificuldades encontradas por pesquisadores sociais ao se debruçarem nos estudos em que o homem é o centro dos mesmos, pois estes são complexos e por vezes inconstantes, remetendo as metamorfoses urbanas e sendo os responsáveis por tais mudanças. Contudo, o presente estudo destacou, a partir de suas referências, a relação por vezes conflituosa entre o ser humano e o meio em que ele vive, evidenciando os desafios urbanos.

### 4. Referências Bibliográficas

Campos, N. & Krahl, M. F. L. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: Steinberger, M. (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Parelo 15 e LGE Editora, 2006. p. 83-100

Choay, F. **O urbanismo: utopias e realidades**, uma antologia. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 1998.

Durkheim, E. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Endlich, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: Sposito, M. E. B. & Whitacker, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 11-31.

Fischer, A. Tempo e ordenamento do território: algumas reflexões. Tradução de Antonio Elísio Garcia Sobreira. In: Firkowski, L. C. de F. & Sposito, E. S. (org.). **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP. 2008. p. 79-86.

Galimberti, U. **Psiche e Techne: o homem na idade da técnica**. São Paulo: Paulus, 2006.

Harvey, D. **A justiça social e a cidade**. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. Edições Loyola. 3ª ed. 2009.

Henrique, W. **O direito à natureza na cidade. Ideologias e práticas na história**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo.

Magalhães F. & Francisco, B. B. **História Econômica**. 4ª ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1977.

Maricato, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Santos, J.J. Reflexões sobre as dinâmicas urbanas. **Meio Ambiente (Brasil)**, v.4, n.3, p.02-10

Marx, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Vol I. 13a edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Marx, L. & Mazlish, B. **Progress: Facto or Illusion?** Michigan: The University of Michigan Press, 1996.

Pacheco, A. S. Religiosidade afroindígena e natureza na Amazônia. In: **Revista Horizonte**. Dossiê: Religião, Biodiversidade e Território. vol. 11, n. 30, abr./jun. 2013. ISSN 2175-5841.

Queiroz, M. I. P. de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: Blay, E. A. et al. (orgs). **A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 21-74.

Sack, R. D. **Progress: geographical essays**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002.

Santos, C. O. dos & Pinto, J. E. S. de S.. Percepção da qualidade socioambiental da área urbana de Itabaiana/SE. In: Mercator - volume 9, número 18, 2010: jan./abr. p. 93-104. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/296/276>>. Acesso em 5 de janeiro de 2018.

Santos, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

Silva, J. B. da. O paraíso perdido: uma discussão sobre o discurso da crise da cidade. In: Diniz, J. A. F. & França, V. L. A. (Org.). **Capítulos de geografia nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998. p. 89-102.